


Desigualdade categórica e reserva de oportunidade no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

Raquel Medeiros

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-2683-855X>

raq_medeiros@yahoo.com.br

Introdução

O presente artigo tem por objetivo discutir o acesso à carreira diplomática no Brasil, analisando o perfil de candidatos e aprovados no período de 2014 a 2018. Parte-se principalmente dos *Guias de Estudo* do referido período, nos quais é possível obter um perfil social, educacional e geográfico dos aprovados, e tem-se como pressuposto teórico a Teoria da Desigualdade, de Charles Tilly. A escolha do período de análise se deve ao fato de que, apenas a partir de 2014, os *Guias de Estudo* passaram a trazer dados sobre os aprovados, reunindo-os em um único documento de fácil acesso. Após a análise, confirmou-se a hipótese de que há uma reserva de oportunidades no concurso, isto

é, há um padrão de aprovados que se dá por meio de cortes de raça, gênero, região de origem, formação e renda, fruto da desigualdade categórica e do acesso desigual ao conhecimento.

Para realizar tal discussão, a primeira seção expõe o que é a desigualdade categórica e o acesso desigual ao conhecimento, a partir dos autores Charles Tilly, Göran Therborn e Pierre Bourdieu. Na segunda parte do artigo, apresenta-se o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), enquanto a terceira evidencia o perfil dos candidatos e aprovados no concurso a partir de algumas categorias: raça, gênero, formação, região de origem e aspectos relacionados indiretamente à renda (aprovados que trabalharam ou não trabalharam durante a preparação e candidatos que tiveram ou não tiveram a oportunidade de fazer cursos preparatórios). Nas considerações finais, retomam-se os dados da terceira seção, analisando-as à luz das teorias abordadas.

Desigualdade categórica e acesso desigual ao conhecimento

Conforme Tilly (2006), os indivíduos se diferenciam em função de categorias — gênero, raça, nacionalidade, etnia, religião, profissão, comunidade, entre outras — e passam a pertencer a grupos distintos, cujas fronteiras organizam a vida social. Essas fronteiras categóricas geram sistemas de classificação vantajosos para pessoas de um dos grupos fronteiros, bem como reproduzem as fronteiras. Portanto, desigualdade é “uma relação entre pessoas ou conjuntos de pessoas na qual a interação gera mais vantagens para um dos lados” (TILLY, 2006, p. 50).

As diferenças categóricas suplantam a variação individual no bojo das categorias, ou seja, os membros de um grupo se identificam soci-

almente como seus integrantes, acima de suas características individuais. *Ser mulher, ser negro, ser diplomata* são exemplos de identidades categóricas pelas quais os integrantes se identificam antes de serem indivíduos com características, habilidades e personalidades próprias. E, apesar das diferenças individuais, as categorias moldam as desigualdades e as identidades, estabelecendo distinções entre os que estão “dentro” e os que estão “fora” da categoria. Assim, a desigualdade categórica refere-se a benefícios desiguais em que grupos distintos de pessoas não recebem o mesmo tratamento — existem indivíduos que são beneficiados por fazerem parte de determinados grupos valorizados socialmente, enquanto indivíduos que não fazem parte desses grupos são deslegitimados (TILLY, 2006).

Para Therborn (2010), o distanciamento é o caminho primordial para o aumento da desigualdade. Apesar de não ser a causa da desigualdade, mas um de seus mecanismos, é difícil combatê-lo do ponto de vista moral e político, pois ele opera de maneira mais sutil que violações explícitas a princípios ou normas. Isto é, há um distanciamento entre as categorias, que se arranja de forma sutil, o que contribui para que haja a manutenção dessa distância. Por exemplo, o distanciamento, cada vez maior, entre pobres e ricos gera inúmeros problemas sociais, como crime e violência, e menos recursos para lidar com problemáticas coletivas.

Já para Tilly (2006), um dos mecanismos geradores de desigualdade é a exploração, que ocorre por meio do controle dos valores produzidos por um grupo e sua distribuição desigual no seio da categoria. Assim, há os que controlam os recursos produzidos por todo o grupo, arregimentando o esforço de produção de valor por meio desses recursos, ao mesmo tempo em que selecionam quem vai receber qual fração do valor total produzido. A título de exemplificação, pode-se

focar na categoria de gênero. Historicamente, homens detêm poderes jurídico, cultural e financeiro, dentre outros, fruto de sua posição social vantajosa em relação às mulheres. No entanto, por mais que todos os homens, de certa forma, contribuam para a manutenção desse *status quo*, suas benesses não são distribuídas igualmente entre todos e alguns obtêm mais vantagens às custas da atuação de todos.

Outro mecanismo de desigualdade identificado por Tilly (2006) é a reserva de oportunidade, que reside num fechamento do leque de atividade e dos recursos para adentrar em determinada categoria; consegue fazer parte daquele grupo quem tem acesso aos valores produzidos por ele. As credenciais para a associação dependem da escassez — quanto mais escassas as possibilidades de adesão, mais legitimado o grupo é socialmente. Exemplificando, pode-se concentrar nas vantagens sociais adquiridas através de um diploma de pós-graduação *stricto sensu*. Para que um indivíduo seja mestre ou doutor, precisa portar certos atributos: dominar a linguagem acadêmica, realizar publicações avaliadas por pares, participar de eventos acadêmicos, ter disponibilidade para pesquisa. Além disso, precisa passar por um processo de seleção que o avalia em todas essas instâncias, o que limita sua adesão ao grupo. Dessa forma, as credenciais para a associação são determinadas e avaliadas por seus próprios componentes.

As desigualdades categoriais tornam-se, assim, mais duradouras e eficazes pela atuação dos que dela mais se beneficiam, que, com suas ações, acabam por reproduzir as fronteiras e as relações desiguais. Alguns dos principais recursos geradores de desigualdade são a) o trabalho, particularmente o especializado e/ou coordenado de forma eficaz; b) o papel desempenhado pelas instituições; c) o conhecimento técnico-científico, principalmente o que permite intervir no bem-estar humano (TILLY, 2006).

Em meio à discussão sobre a desigualdade, é essencial distingui-la da diferença. Conforme Therborn (2010), a desigualdade pode ser horizontal, sem diferenciar nada ou ninguém acima ou abaixo; ou pode ser vertical, envolvendo um ranqueamento. Uma terceira distinção é que a desigualdade deve ser extinguível: não é algo que depende de gosto; é algo que viola a igualdade entre seres humanos. “Em uma sentença: desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas” (THERBORN, 2010, p. 146).

Para o autor, são três os tipos de desigualdade. A desigualdade vital é a desigualdade de saúde e de morte. A saúde e a longevidade são distribuídas segundo padrões identificáveis: em países e classes pobres, por exemplo, é mais frequente que as crianças morram antes de fazer um ano ou entre um e cinco anos do que em países e classes ricas. Pessoas pobres morrem mais frequentemente que pessoas em posição social superior e, se sobrevivem, têm vidas mais curtas na aposentadoria (e, por isso, um sistema de previdência deve levar prioritariamente em consideração esses dados). É facilmente identificável como a desigualdade vital age socialmente por meio de taxas de sobrevivência e expectativas de vida.

A desigualdade existencial, significa, para o autor, a restrição da liberdade de ação dos indivíduos. Existem inúmeros exemplos de desigualdade existencial na sociedade contemporânea: a negação de respeito e igual conhecimento a negros, ameríndios, mulheres, membros de castas inferiores, grupos étnicos estigmatizados. Não necessariamente essa negação opera de forma ostensiva, mas através de *status* e hierarquias sutis.

A terceira desigualdade é a material ou de recursos: os seres humanos contam com recursos muito distintos. Há a desigualdade de acesso à educação, à carreira e contatos sociais — acesso ao capital

social, que comumente é conhecido como “desigualdade de oportunidades”. Os indivíduos não partem somente de lugares desiguais e esse ponto de partida díspar gera a desigualdade de recompensa, quer dizer, de resultado. Esses três tipos de desigualdade são inter-relacionados.

Outro ponto importante para a discussão são os três aspectos relacionados especificamente ao acesso ao conhecimento científico, de acordo com Tilly (2006): *a*) sua produção e sua distribuição dependem de agentes informados que frequentemente reservam esse saber para vantagem própria ou de financiadores; *b*) fronteiras definidoras de identidade organizam o controle sobre o conhecimento científico; *c*) a superação da desigualdade entre beneficiários e vítimas do acesso desigual ao saber científico depende da atuação de autoridades públicas e pessoas que advoguem em prol dessa superação.

Bourdieu e Passeron (2011) sinalizam que não se deve tratar como propriedades isoláveis as variações que devem ser compreendidas como elementos de uma estrutura. Os aspectos apontados por Tilly (2006), dessa forma, não devem ser tratados de maneira isolada, mas em conjunto: a produção e a distribuição do conhecimento científico, as fronteiras de identidade que o controlam e a superação da desigualdade do acesso a esse saber são partes de uma estrutura e agem em constante inter-relação.

Quando os fatores que influenciam no acesso desigual de diferentes categorias ao conhecimento científico são autonomizados, corre-se o risco de dissociá-los do sistema de suas transformações. Isso impede que se perceba como as diferentes categorias retraduzem e retransmitem esse saber e como diferenciam, classificam e eliminam seus membros. A análise das características sociais e culturais dos que conseguem mais acesso ao conhecimento científico deve levar em conta, por um lado, a produção e a reprodução desse saber (mo-

dos de imposição e inculcação) e, por outro, as classes sociais nas distâncias desiguais em relação a ele, em suas disposições distintas para reconhecê-lo e adquiri-lo (BOURDIEU; PASSERON, 2011).

O Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

No mundo do trabalho, as diferenças categóricas assumem relevância profunda. De início, podem-se discernir, para efeitos teóricos, as redes de recrutamento, formadas quando os empregadores buscam trabalhadores potenciais, e as redes de oferta, que consistem nos laços entre trabalhadores potenciais e reais. Tais redes se correlacionam: empregadores limitam e vinculam empregos, identificam certos conjuntos de ocupações a determinadas categorias e os relacionam mediante contratos de trabalho e/ou critérios de mobilidade na carreira.

Para compreender uma seleção, como em um concurso público, é necessário despir-se da ilusão de neutralidade e de independência do processo seletivo em relação ao acesso ao conhecimento científico e à própria estrutura social como um todo. Situações de admissão dissimulam diferenças categóricas sob o véu de uma função técnica, isto é, da seleção de qualificações para o exercício de uma determinada profissão. Toda seleção tem indissociavelmente o efeito de controlar as qualificações técnicas exigidas para certa carreira e de criar qualidades sociais referentes às relações de classe que o acesso desigual ao conhecimento perpetua (BOURDIEU; PASSERON, 2011).

Vantagens sociais e conhecimento científico estão intimamente ligados. O sistema de ensino — lócus da produção e legitimação do saber científico — converte vantagens sociais em vantagens escolares, que são reconvertidas em privilégios sociais. Os conhecimentos científicos exigidos em um processo seletivo, como pré-requisito técnico

para desempenhar atividades profissionais, são implicitamente privilégios sociais oriundos do acesso desigual a esse saber (BOURDIEU; PASSERON, 2011). Essas vantagens sociais, por sua vez, estão diretamente ligadas a categorias legitimadas e valorizadas socialmente.

Em alguns casos, o Estado é o único ator que limita e vincula o emprego, como na carreira diplomática. O acesso ao cargo público de diplomata é feito somente por concurso público, com um edital que exige do candidato determinados atributos para que possa representar o Estado perante a comunidade internacional, defender ou negociar os interesses do país junto a essa comunidade e informar o Estado sobre temas de seu interesse no mundo. O concurso é anual, o número de vagas é em torno de vinte a trinta e é exigido o curso superior em qualquer área. A remuneração inicial da carreira é R\$ 19.199,06 (valor bruto, do ano de 2019).

O Concurso de Admissão à Carreira Diplomática é composto de fases. Na primeira, é aplicado o Teste de Pré-Seleção (TPS), que consiste em prova de questões objetivas, do tipo certo e errado, de caráter eliminatório, envolvendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História Mundial, História do Brasil, Direito (Interno e Internacional) e Política Internacional. Há uma penalização de -0.125 pontos por questão errada, o que equivale à anulação de um item correto a cada dois marcados erroneamente. A prova ocorre em um único dia, em dois turnos (manhã e tarde). São eliminados os candidatos que não obtiverem o mínimo de 32,85 pontos em 73 assertivas ou que não atingirem a classificação determinada no edital (no ano de 2019, 150ª posição para ampla concorrência, 40ª posição para candidatos negros e 10ª posição para pessoas com deficiência).

Com a aprovação no TPS, seguem-se provas discursivas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História do Brasil, Geografia, Polí-

tica Internacional, Economia, Direito e Direito Internacional Público e línguas estrangeiras (Francês e Espanhol). A prova de Redação consiste em uma proposta de produção de um texto de 65 a 70 linhas, com a perda de dois pontos para cada linha faltante.

Tabela 1 – Comparativo de disciplinas do TPS e da etapa discursiva

Teste de Pré-Seleção <i>Prova única</i>	Etapa discursiva <i>Cada disciplina, uma prova</i>
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
História do Brasil	Língua Inglesa
História Mundial	História do Brasil
Política Internacional	Geografia
Geografia	Política Internacional
Língua Inglesa	Economia
Noções de Economia	Direito e Direito Internacional Público
Direito e Direito Internacional Público	Língua Espanhola e Língua Francesa

Fonte: Elaboração própria, a partir do Edital do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, 2019.

Uma vez habilitado em todas as fases do concurso e classificado no número de vagas, o aprovado será nomeado Terceiro Secretário e iniciará o Curso de Formação do Instituto Rio Branco (IRBr), estruturado como Mestrado Profissionalizante em Diplomacia, com a duração de dois anos. Moura (2007), citada por Cockles e Steiner (2017), destaca que a admissão ao CACD, para candidatos bem-sucedidos, representa a aquisição de um *status* social de poder muito específico à classe dos diplomatas e ao imaginário que define a carreira — os candidatos à carreira, que podem ter anos de estudo, se autodenominam “cacdistas”. Assim que os cacdistas se tornam diplomatas e principiam o serviço público, esse imaginário é substituído por dois princí-

pios identitários: formalidade e hierarquia (DULCI, 2008).

Apesar de ser exigido apenas o diploma de graduação para se candidatar ao concurso, são necessários conhecimentos científicos aprofundados em diversas áreas do saber, que sustentem textos argumentativos, além de conhecimento em três línguas estrangeiras, para realização de provas de versão para o português e resumo de textos do próprio idioma estrangeiro. A formulação das provas e o processo de seleção como um todo favorecem certo capital cultural; o Estado é o recrutador para a entrada na carreira diplomática, mas os mecanismos que geram as desigualdades de oportunidades para esta entrada são anteriores à seleção (FARIAS; CARMO, 2016).

Atributos e desempenhos individuais, como aprendizado de conteúdo para a aprovação em um concurso, e as diferenças de capital, como acesso a esse conhecimento por meio de aquisição de um mínimo de materiais e/ou de cursos, são aspectos de experiências categoricamente segregadas. Essas diferenças categoriais são decisivas para os indivíduos em suas possibilidades para diferentes ocupações. Raça, gênero, escolarização, formação profissional, afiliação política ou orientação sexual são alguns exemplos de categorias que influenciam no processo de seleção para um exercício profissional. Desse modo, critérios técnicos estipulados em uma seleção ocultam vantagens sociais adquiridas no bojo de certas categorias.

Desigualdade categorial no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

Os *Guias de Estudo* são um compilado de respostas das provas discursivas organizados pelo IRBr desde a década de 1950. A partir de 2013, passaram a ser organizados por cada turma de novos diplo-

matas e, desde 2014, algumas informações sobre o perfil socioeconômico dos aprovados começaram a ser disponibilizadas. Demandas por número de vagas, diferenciadas conforme ampla concorrência, candidatos negros e pessoas com deficiência, são disponibilizadas no site da instituição organizadora do evento¹ desde 2015.

Desde 2002, o Instituto Rio Branco realiza o Programa de Ação Afirmativa (PAA) — Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, objetivando ampliar as condições de ingresso dos candidatos negros na carreira de diplomata, para a diversificação dos integrantes do Serviço Exterior Brasileiro. O Itamaraty investiu mais de R\$ 15,5 milhões no programa nos últimos quatorze anos, tendo sido concedidas mais de seiscentas bolsas a aproximadamente quatrocentos candidatos negros.²

Para a implementação do PAA, o Itamaraty atua conjuntamente com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), a Fundação Palmares e a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nas edições de 2011 a 2014, a primeira fase contou com a reserva de 10% das vagas para candidatos negros, percentual que cresceu para 20% e se estendeu para todas as fases a partir da promulgação da Lei nº 12.990/2014.

¹Até o ano de 2018, a instituição organizadora do evento foi o antigo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE — UnB), atual Centro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cesbraspe). Em 2019, a instituição passou a ser o Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES).

²Disponível em www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br. Acesso em 16 ago. 2019.

Quadro 1 – Evolução da demanda de candidatos por vaga

Ano	Ampla concorrência			Cotistas		
	Inscritos	Vagas	Relação candidato-vaga	Inscritos	Vagas	Relação candidato-vaga
2015	5.271	22	239,59	671	6	111,83
2016	4.277	22	194,41	648	6	108,00
2017	5.939	22	269,95	809	6	134,83
2018	5.294	19	278,63	634	5	126,80

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cebraspe (Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos).

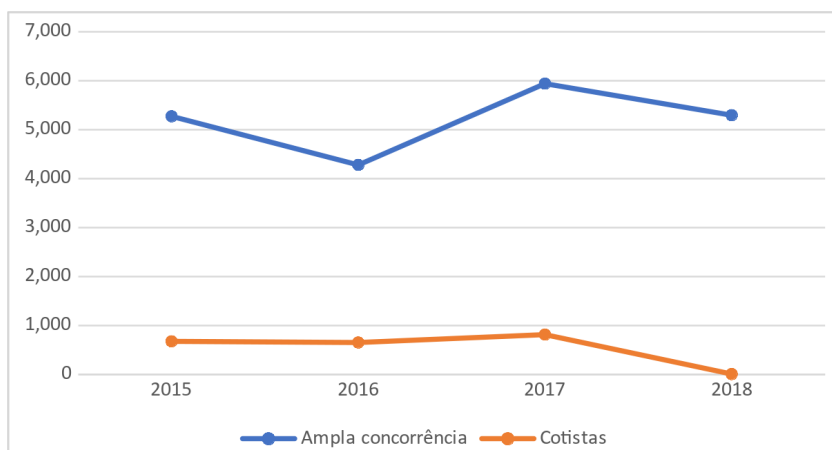


Gráfico 1 – Evolução do número de candidatos

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe).

A partir de 2019, programa passou a conceder bolsa apenas aos candidatos negros que, tendo apresentado desempenho considerado satisfatório nas primeiras etapas do CACD, não lograrem a média de

notas necessária à aprovação final. Contudo, nota-se, pelos dados acima, que há um avantajado distanciamento entre os inscritos para ampla concorrência e os inscritos cotistas nos anos analisados, mesmo com a regularidade do PAA desde sua criação. Se a proposta do PAA é justamente possibilitar o investimento financeiro de negros na preparação para a carreira, contemplar somente aqueles que já tiverem um bom desempenho nas primeiras etapas do concurso coloca ainda mais em xeque a eficácia do Programa. Somente os *Guias de Estudo* de 2014 e de 2018 citaram aprovados cotistas.

O número médio de mulheres corresponde a aproximadamente 40% dos candidatos e a menos de 30% dos aprovados no concurso, em média (COCKLES; STEINER, 2017). As autoras Cockles e Steiner (2017) atribuem o largo distanciamento entre homens e mulheres na carreira à divisão sexual do trabalho e à socialização dos papéis de gênero. Barreiras anteriores ao processo de seleção interferem na participação de mulheres em profissões e posições socialmente vistas como masculinas: o sentimento de não pertença e as baixas expectativas de sucesso desencorajam a candidatura feminina. Mulheres enfrentam dificuldades relacionadas ao custo familiar para investimento na diplomacia, como a alta correlação entre a progressão na carreira e divórcios ou a instabilidade das remoções, ou ao socialmente aceito, como o estigma da perda da feminilidade (COCKLES; STEINER, 2017).

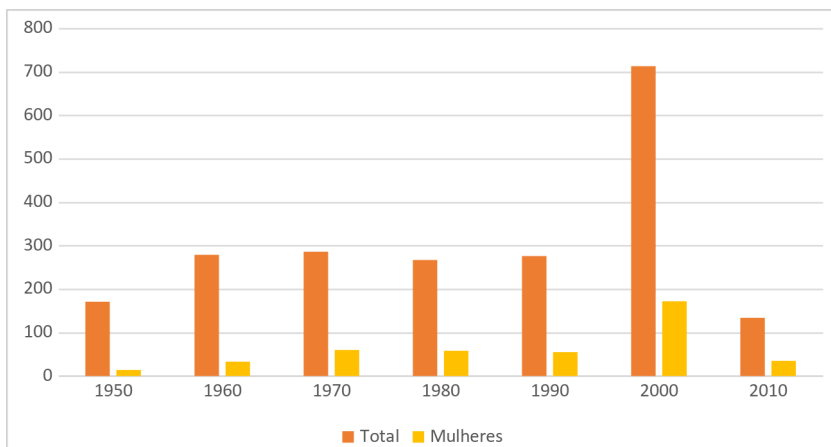


Gráfico 2 – Proporção de mulheres nas turmas do IRBr por década (1953–2015)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis em Cockles e Steiner (2017).

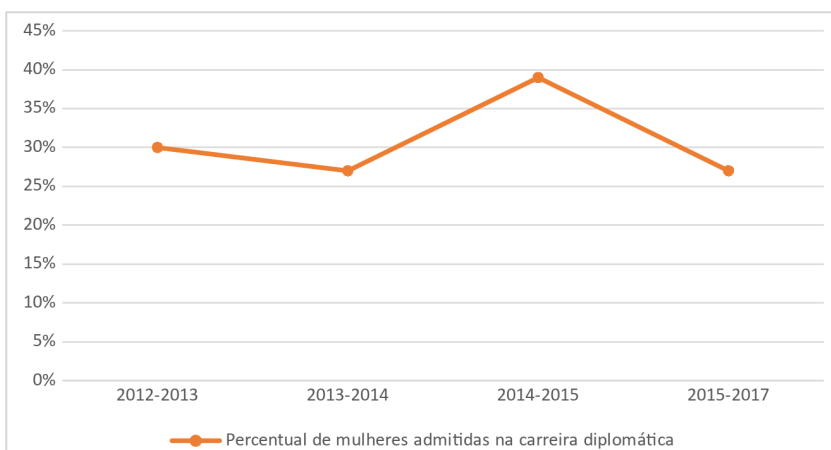


Gráfico 3 – Percentual de mulheres admitidas na carreira diplomática nos últimos anos

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis em Cockles e Steiner (2017).

Iniciativas de cursos preparatórios, de diplomatas aprovadas e de candidatas ao concurso têm surgido para tentar minimizar as desigualdades de gênero no âmbito do CACD, mas não há nenhuma iniciativa do Instituto Rio Branco em relação à questão. O documentário de 53 minutos intitulado *Exteriores — Mulheres Brasileiras na Diplomacia*, dirigido por Ivana Diniz, foi produzido como celebração do centenário de ingresso de Maria José de Castro Rebello Mendes na diplomacia. Maria Mendes foi não somente a primeira diplomata brasileira, como, também, a primeira mulher a prestar o concurso no país. A fala de Nilo Peçanha, ministro das Relações Exteriores (1917-1918) que permitiu o ingresso da recém-aprovada, ilustra as vicissitudes que as mulheres precisam enfrentar na carreira e que são denunciadas no documentário, nas falas de diversas diplomatas:

Não sei se as mulheres desempenhariam com proveito a diplomacia, onde tantos atributos de discrição e competência são exigidos, (...) e se a requerente está aparelhada para disputar um lugar nessa Secretaria de Estado (...). Melhor seria, certamente, para o seu prestígio, que continuassem a direção do lar, tais são os desenganos da vida pública, mas não há como recusar a sua aspiração, desde que disso careçam e que fiquem provadas suas aptidões (Nilo Peçanha *apud* EXTERIORES,³ 2019).

Outro ponto de análise é o curso de graduação mais apropriado à carreira. Alguns cursos tornaram-se mais comuns entre os aprovados, como Direito, Relações Internacionais (RI) e Economia. Analisando a média de anos de estudo por curso, nota-se pouca diferença, podendo inferir-se que a graduação de origem não produz influência significativa em termos de aceleração da aprovação. Apenas os guias de 2015 e 2018 citaram as instituições de origem dos aprovados, sendo a maioria, com larga vantagem, oriunda de universidades públicas.

³Disponível em www.cafehistoria.com.br. Acesso em 16 ago. 2019.

Quadro 2 – Distribuição dos aprovados
por área de formação (em %)

Área de formação	2014	2015	2016	2017	2018
Relações Internacionais	39	29	19	40	30,8
Direito	28	48	48	30	38,5
Economia	5,5	6	6,4	6,7	3,8
Filosofia	5,5	—	3,2	6,7	—
História	5,5	10	—	6,7	—
Ciência Política	—	—	—	6,7	—
Sociologia	—	—	—	6,7	—
RI e Cinema	—	—	—	6,7	—
Ciências Sociais / Música	—	—	—	—	3,8
Letras	5,5	3	—	—	3,8
Jornalismo	—	—	3,2	—	7,7
Comunicação Social	—	—	3,2	6,7	—
Administração	—	—	3,2	6,7	3,8
Ciências Militares	—	—	3,2	—	—
Engenharia Mecânica	—	3	—	—	—
Engenharia de Alimentos	—	—	3,2	—	—
Engenharia Civil	—	—	—	—	3,8
Arquitetura	—	—	—	—	3,8
Física	5,5	—	—	—	—
Odontologia	5,5	—	—	—	—
Farmácia	—	—	3,2	—	—
Medicina	—	—	3,2	—	—

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis nos
Guias de Estudo de 2014 a 2018.

Quadro 3 – Anos de estudo por área 2015 – 2017^a

Área	2015	2016	2017
Direito	3,8	4,8	4,04
História	3,6	—	—
Relações Internacionais	3,1	4,3	3,86
Economia ^b	—	2,5	—
Outros	3,3	4,5	6,00

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis nos *Guias de Estudo* de 2014 a 2018.

^a No *Guia de Estudos* de 2014, não há divisão de anos de estudos por área. Cita-se que a média de estudo dos aprovados foi de três anos, sendo a aprovação mais rápida com um ano de estudo e a mais demorada, de cinco anos de estudo.

^b A falta de dados sobre Economia no ano anterior e no ano posterior não fornece evidências suficientes para inferir sobre as causas de menos anos de estudo do(s) aprovado(s) área.

Como se pode notar no gráfico a seguir, há uma predominância, ao longo dos anos, de aprovados que se prepararam integralmente para a admissão, situação que mudou apenas em 2018. Cabe ressaltar que, no referido ano, apenas um aprovado trabalhou integralmente; outros aprovados tiveram rotina de trabalho parcial. Nos outros *Guias de Estudo*, não houve divisão dos declarados trabalhadores entre trabalho parcial ou integral.

A quantidade de disciplinas a serem estudadas para o concurso, como visto anteriormente, é extensa, exigindo do candidato horas de estudo diárias. O *Guia de Estudos* de 2015 apontou que os aprovados que trabalharam e que não trabalharam tiveram o mesmo número médio de anos de estudo até a aprovação (3,4 anos), enquanto o guia de 2016 apontou que aqueles que trabalharam tiveram a média de 5,2 anos de estudo, em comparação com quatro (4) anos de estudo dos que se dedicaram integralmente. No guia de 2017, a média de anos

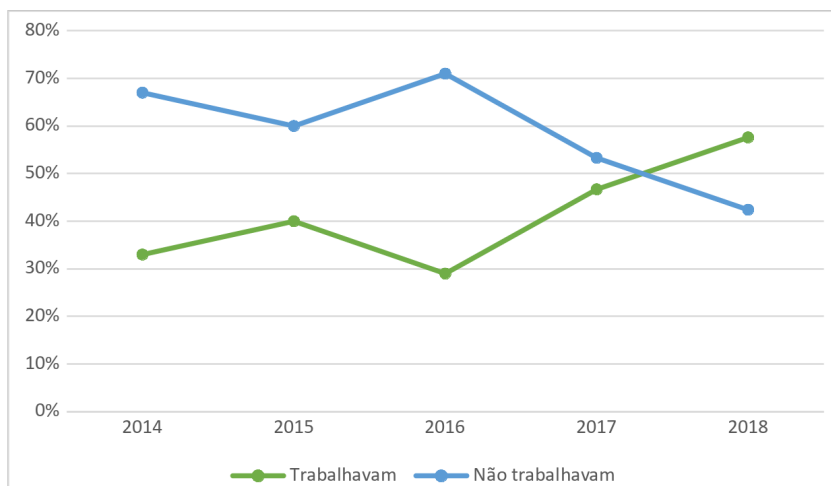


Gráfico 4 – Porcentagem de aprovados que trabalharam durante a preparação

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis nos *Guias de Estudo* de 2014 a 2018.

de estudo dos que trabalharam foi de 5,3 anos, contra 3,5 dos que não trabalharam. Os guias de 2014 e de 2018 não forneceram tais informações.

Os guias ainda fornecem dados sobre a região de origem dos aprovados. Nota-se um predomínio de oriundos da região Sudeste. A distribuição dos aprovados parece seguir em consonância com a distribuição populacional do país, sendo em primeiro lugar a região Sudeste, seguida da região Nordeste e das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte.⁴ No entanto, esse dado não é suficiente para explicar a desigualdade regional na aprovação no concurso, tendo em vista que a densidade populacional vem acompanhada de questões como condições de vida e acesso a emprego e a aparelhos culturais e escolares.⁵

⁴Disponível em g1.globo.com. Acesso em 16 ago. 2019.

⁵O Guia de 2014 não fornece informações sobre região de origem.

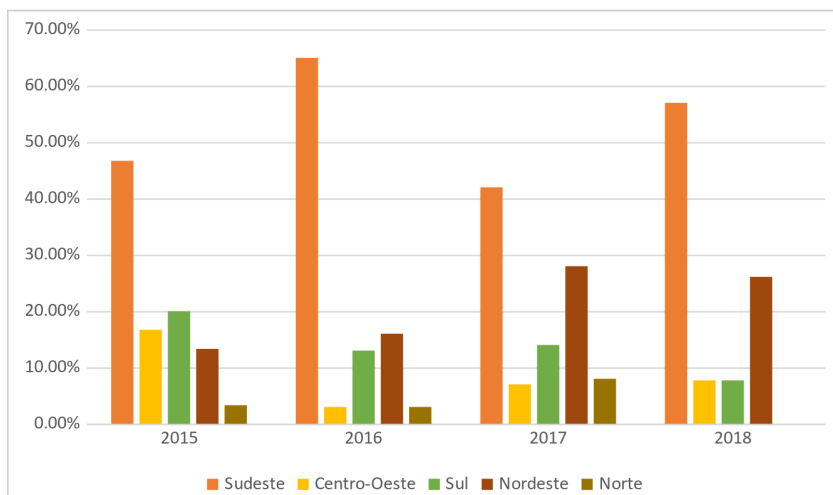


Gráfico 5 – Região de origem dos aprovados

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis nos *Guias de Estudo* de 2014 a 2018.

Seguindo a linha de análise de Bourdieu e Passeron (2011), é preciso compreender que a residência está associada a vantagens linguísticas e culturais, mas o sucesso de indivíduos oriundos de determinado lugar não pode ser dissociado da classe à qual pertencem, principalmente em relação ao acesso que o cruzamento do pertencimento a determinada classe e do pertencimento a uma localidade central podem fornecer, seja a sistemas universitários, seja a aparatos de poder. O fato de a maioria dos aprovados ser oriunda não só da região mais populosa, como também mais desenvolvida economicamente, é significativo em termos de educação recebida e acesso a diferentes aparelhos culturais e experiências de socialização, mesmo que os anos de preparação para o concurso tenham efetivamente ocorrido em outra cidade.

Ainda tratando da preparação, nos guias de 2015, 2016 e 2017 há a abordagem explícita da estratégia do cursinho preparatório. No

primeiro, cita-se que quase a totalidade dos aprovados recorreu a “cursinhos” em algum momento da preparação, enquanto no guia de 2016 aponta-se que todos fizeram cursos. No guia de 2017, afirma-se não só que todos recorreram a “cursinhos” de alguma forma, como, também, que boa parte dos aprovados estudaram em cidades com maiores ofertas de cursos presenciais (Brasília e São Paulo).⁶

Tabela 2 – Valores dos principais cursos preparatórios para o CACD

Curso A	Curso B	Curso C	Curso D
R\$ 16.500,00	R\$ 14.784,00	R\$ 13.450,00	R\$ 12.681,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos valores disponibilizados nos sites de cursos preparatórios no ano de 2019.

Percebe-se, nesse sentido, a desigualdade material ou de recursos identificada por Therborn (2010): a desigualdade no acesso à educação e aos cursos preparatórios influencia no resultado, gerando a desigualdade de recompensa. Sendo a procura por cursos uma estratégia comum dos candidatos, vista como necessária pela quantidade

⁶Na Tabela 2, os valores referem-se à modalidade completa dos cursos, ou seja, ao curso com todas as disciplinas. Existem cursos que possibilitam a contratação de disciplinas isoladas, que variam entre R\$ 600,00 e R\$ 2.640,00, dependendo da carga horária. A maioria das disciplinas apresenta carga horária entre 30 e 50 horas. Apenas um curso apresenta carga horária de 110 horas por disciplina. Existem, atualmente, iniciativas de professores autônomos que oferecem cursos preparatórios de suas disciplinas de formação. Os valores por disciplina variam entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00. Há, ainda, programas de mentorias de diplomatas por valores simbólicos ou gratuitas para alunos selecionados. Outra iniciativa é um sistema de pagamento por aulas, de uma plataforma de estudos, que oferece aulas semanais de todas as disciplinas do concurso. Os cursos de cada disciplina são divididos em extensivos e avançados, contando com três módulos cada, tendo cada módulo aproximadamente oito aulas. Para acessar o curso escolhido, o candidato deve efetuar uma matrícula de R\$ 79,90 por disciplina. Após a matrícula, assiste às aulas e paga por cada uma o valor que achar justo. Para participar do projeto, também é necessário ser assinante da plataforma, que oferece outros serviços para o CACD, no valor de R\$ 39,90 no ano de 2019.

de conteúdos a serem estudados, o aspecto renda é uma medida a ser considerada. Para manter-se em “cursinhos”, os candidatos precisam ter condições financeiras para tal e, caso estejam no grupo dos que não trabalham durante a preparação, precisam ter uma estrutura que os forneça qualidade de vida e recursos para o estudo.

Por fim, é relevante frisar que o capital linguístico é primordial ao concurso. A língua não é somente um instrumento de comunicação; é a fonte de um sistema de categorias formulado pela aptidão e manipulação das regras linguísticas (BOURDIEU; PASSERON, 2011). Nas provas discursivas, além do conhecimento de cada disciplina específica, é exigido do candidato o domínio da norma culta da língua e de cultura geral, como arte e literatura. Essa exigência vai ao encontro do pensamento de Bourdieu e Passeron (2011) ao tratar das vantagens de estudantes de classes privilegiadas, na medida em que se afastam dos domínios da língua diretamente ensinada e controlada pela escola em direção ao domínio de um capital cultural mais amplo.

Entretanto, a relação entre a posse de um capital linguístico e o grau de êxito dependerá de outros aspectos, como raça, gênero, região de origem, renda. Todas essas categorias, e outras que poderiam ser abordadas, estão inter-relacionadas e influenciam-se mutuamente no sucesso ou fracasso dos candidatos na admissão à carreira diplomática.

Considerações finais

O sistema de acesso ao conhecimento científico reproduz as vantagens categoriais, reproduzindo todos os privilégios que indivíduos de determinada categoria detêm. Renda, capital cultural, raça, gênero e região geográfica de origem são algumas das categorias que influ-

enciam no menor ou maior acesso ao saber e seu domínio. Acessar e dominar o conhecimento legitimado socialmente é fator decisivo na admissão a uma carreira como a diplomacia.

A distância em relação aos focos de valores culturais, como equipamentos escolares e culturais, é um dos determinantes. A maioria dos candidatos ao CACD é advinda da região Sudeste, notadamente privilegiada pela disparidade histórica da oferta de recursos e políticas entre as diversas regiões brasileiras. Mesmo que os anos de preparação para o concurso não se deem na cidade ou região de origem, ter acesso, ao longo da vida, às instituições de ensino e às oportunidades de aquisição de capital cultural e social está em consonância ao que é exigido do candidato no concurso.

A segurança de emprego e/ou de renda também é um fator do processo. Há a predominância dos que não trabalharam durante a preparação para o concurso, mesmo que a diferença entre estes e os que trabalharam não seja ampla. É necessário investigar se o resultado do último concurso, com maioria tendo trabalhado parcial ou integralmente, é um padrão inaugurado ou apenas uma exceção pontual. Nota-se que trabalhar durante os estudos parece influenciar no tempo até a aprovação, pois a média de anos de estudo aumentou substancialmente para os que trabalharam, consoante com os *Guias de Estudo* de 2016 e 2017.

Disposições em relação à escola e à cultura e relações com a linguagem e a cultura traduzem-se na possibilidade de fazer cursinhos preparatórios, estudar os idiomas demandados pelo concurso ou até mesmo residir em Brasília para ir a palestras no Instituto Rio Branco e vivenciar a carreira de perto. Esse fator também está ligado à renda, já que é preciso ter estrutura econômica e social para manter-se durante o tempo de preparação. O nível linguístico e cultural requerido

dos candidatos nas provas discursivas é, igualmente, um fator de seleção determinado pela desigualdade categorial.

A definição social manifesta-se nas condições de raça e gênero. Observa-se que o número de candidatos negros, mesmo com o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, ainda está muito aquém dos candidatos de ampla concorrência. Isso impacta diretamente na formação das turmas de aprovados, cuja presença de não brancos é baixa. O mesmo acontece com a presença feminina que, apesar de esforços informais de aprovadas e candidatas, ainda é inferior à presença masculina. Ambos os grupos têm obstáculos a enfrentar no acesso ao conhecimento exigido para o concurso e, consequentemente, à carreira, além de aspectos existenciais que fazem parte do cotidiano dessas categorias.

O diploma em si é mais um agente da aprovação. O concurso exige curso superior em qualquer área, todavia, há a hegemonia dos cursos de Direito, Relações Internacionais e Economia entre os aprovados. Esses cursos não apresentam prerrogativas na redução de anos de preparação para o concurso. Não obstante, é interessante formular hipóteses sobre a presença contínua dessas graduações entre os aprovados: porventura, podem ser cursos em que a carreira diplomática seja mais divulgada ou mesmo apontada como um horizonte de atuação após a formação.

Um ponto interessante para estudos futuros é investigar a condição de classe e definição social dos aprovados, como suas famílias (se são filhos de pais diplomatas, por exemplo), sua relação com aparelhos escolares e culturais (se fizeram cursos de idiomas desde a tenra idade ou tiveram oportunidade de viajar e conhecer diferentes culturas, entre outros) e sua condição socioeconômica. Esse tipo de investigação somente seria possível através de dados mais substanciais,

como os obtidos em entrevistas de profundidade. Estender o tempo de análise das categorias já abordadas também permitiria determinar (des)continuidades com maior segurança.

O perfil atual do diplomata configura-se como homem branco, advogado ou internacionalista, oriundo da região Sudeste, que pôde dedicar-se integralmente à preparação para o CACD sem trabalhar e teve condições de acessar o conhecimento exigido à carreira através das instituições escolares, culturais e de cursinhos preparatórios. Explorar as causas desse padrão estabelecido pode ser um primeiro passo na formulação de estratégias para que os representantes brasileiros no exterior possam ser, de fato, o retrato do Brasil.

Referências

- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- COCKLES, Mariana; STEINER, Andrea Quirino. As mulheres na carreira diplomática brasileira: considerações sobre admissão, hierarquia e ascensão profissional. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Douros, v. 6, n. 11, jan./jun., 2017, p. 250-280.
- DULCI, T. M. S. O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização. Resenha. *História Revista*, n. 158, 2008, p. 315-318.
- EXTERIORES — Mulheres Brasileiras na Diplomacia. Direção de Ivana Diniz. Brasília: Argonautas, 2019, 53min. Disponível em: vimeo.com. Acesso em: ago. 2019.
- FARIAS, Rogério; CARMO, Géssica. As mulheres na carreira diplomática brasileira: uma análise do ponto de vista da literatura sobre mercado de trabalho e gênero. *Mundorama*, jan. 2016.
- GUIA DE ESTUDO. *Guia do Calango Lumbreira*. 2014. Disponível em: blog.clippingcacd.com.br. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. *Guia do Orlando Lagartixa*. 2015. Disponível em: clippingcacd.com.br. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. *Guia do Texugo Melívoro*. 2016. Disponível em: clippingcacd.com.br. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. *Guia do Canarinho Pistola*. 2017. Disponível em: guiasirbr.files.wordpress.com. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. *Guia da Capivara Cética*. 2018. Disponível em: clipping.blob.core.windows.net. Acesso em 16 ago. 2019.

MOURA, Cristina Patriota de. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

THERBORN, Goran. Os campos de extermínio da desigualdade. *Novos Estudos — CEPBRAP*, n. 87, 2010, p. 145-156.

TILLY, Charles. O acesso desigual ao conhecimento científico. *Tempo Social*, v. 18, n. 2, 2006.

Resumo:

O artigo objetiva discutir o acesso à carreira diplomática no Brasil, através da análise do perfil de candidatos e aprovados no período de 2014 a 2018. A Teoria da Desigualdade, de Charles Tilly, foi o pressuposto teórico adotado, suportado pelas teorias de Göran Therborn e Pierre Bourdieu. Os Guias de Estudo, documentos elaborados pelas turmas de aprovados, foram a principal fonte de dados. Conclui-se que o perfil atual do diplomata brasileiro se configura pelas seguintes características: homem, branco, advogado ou internacionalista, oriundo da região Sudeste, que pôde dedicar-se integralmente à preparação para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) sem trabalhar e que teve condição de acessar o conhecimento exigido à carreira através das instituições escolares, culturais e de cursinhos preparatórios.

Palavras-chave: Desigualdade; diplomacia; Instituto Rio Branco; Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

Abstract:

The article aims to discuss the access to diplomatic career in Brazil, analyzing the candidates and approved profiles from 2014 to 2018. Charles Tilly's theory of inequality was the theoretical assumption adopted, supported by the theories of Göran Therbor and Pierre Bourdieu. The Study Guides, documents prepared by the approved classes, were the main source of data. It concludes that the current profile of the Brazilian diploma tis configures by the following characteristics: male, white, lawyer or internationalist, coming from the Southeast region, who could dedicate himself fully to the preparation without working and was able to access knowledge required for a career through school, cultural and preparatory courses.

Keywords: Inequality; diplomacy; Diplomatic Career Admission Contest.

Recebido para publicação em 28/09/2019.
Aceito em 05/01/2021.